Número 34

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ipea 45 anos
Por um Brasil desenvolvido

Comunicado da Presidência

# Trajetória recente da mudança na identidade e na estrutura social brasileira

Novembro de 2009

## Apresentação

A retomada da dinâmica expansionista da produção e, por consequência, da ocupação da força de trabalho, combinada com a reorientação das políticas públicas impôs mudanças recentes na estrutura social brasileira. A ascensão social aponta para alterações na identidade social mais inclusiva.

Em função disso, o presente Comunicado da Presidência pretende destacar as principais inflexões observadas na mudança da estrutura e na trajetória social do País. Três são as partes constitutivas deste Comunicado:

- a seção 1 trata da mudança recente na identidade social brasileira;
- a seção 2 refere-se às principais características da ascensão social dos brasileiros durante a primeira década do século 21; e
- a seção 3 descreve as transformações na estrutura social nos últimos dez anos no Brasil.

A principal fonte de dados oficiais foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. A sistematização e análise das informações somente foram possíveis com o apoio de vários técnicos do **Ipea**[1].

## 1 – Mudança recente na identidade social

A partir de 2005, o Brasil registra uma importante inflexão na evolução da identidade social da população. Isso pode ser observado quando se reparte arbitrariamente o conjunto da população brasileira no ano base de 2001 em três partes equivalentes. No primeiro terço da base da pirâmide social encontram-se aqueles cujo rendimento individual alcança até R$ 188 mensais no ano de 2008. No segundo terço populacional, que compreende o segmento intermediário de renda, identifica-se o intervalo de rendimento individual de R$ 188 a R$ 465 mensais. Por fim, no terceiro e último terço da população, que representa o estrato superior da renda, encontram-se os rendimentos individuais acima de R$ 465 mensais.

A partir da divisão populacional em três partes equivalentes se tornou possível retroagir e avançar no tempo em relação ao ano de 2001. Com a atualização do valor do rendimento individual, em termos reais, constitui-se a evolução da população brasileira em conformidade com a repartição dos três principais estratos de renda (baixo, médio e alto) de 1995 a 2008.

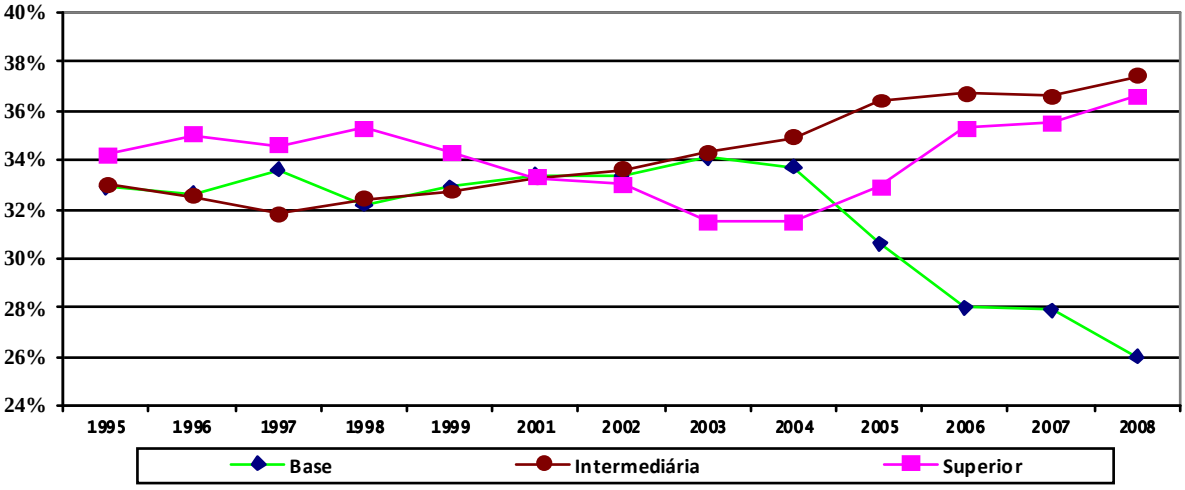
O que mais chamou a atenção nesse período de tempo considerado foi a recente perda de importância relativa no total da população do estrato de renda menor. Entre 1997 e 2004, por exemplo, o segmento de baixa renda representou quase 34% da população nacional, mas desde 2005 passou a reduzir rapidamente a sua participação relativa. No ano de 2008, o segmento de menor renda representou 26% dos brasileiros, a menor participação relativa desde 1995. Apesar disso, o Brasil possui ¼ de sua população vivendo com rendimentos extremamente baixos.

[1] Este Comunicado contou com a participação de Jorge Abrahão de Castro, Milko Matijascic, Guilherme Dias, Daniel Castro, Douglas Portari; James Richard Silva e Fábio Vaz.

Em síntese, a participação relativa da população na base da pirâmide social encolheu 22,8% entre 2005 e 2008, resultado direto da mobilidade ascensional que permitiu a 11,7 milhões de pessoas ascenderem para estratos de maior renda. Por consequência, o segundo (médio) e terceiro (alto) estratos de renda ganharam maior representatividade populacional. Desde 1997 que o estrato intermediário de renda crescia relativamente a sua participação até 2005, quando apresentou um salto expressivo.

Em 2008, por exemplo, o segundo estrato de renda representou 37,4% da população, enquanto em 1995 respondia por somente 32,9%. Entre os anos de 2004 (34,9%) e de 2008 (37,4%), o estrato intermediário registrou uma elevação relativa de 7,2% no total da população, que equivaleu à incorporação de 7 milhões de brasileiros.

**Gráfico 01**
**Brasil– evolução da estrutura social segundo três níveis de renda de 1995 a 2008**
**(total = 100%)**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)
Até R$ 188 mensais *per capita* = base; de R$ 188 a R$ 465 = intermediária; acima de R$ 465 = superior

Na sequência, o estrato superior de renda, que apresentava tendência de perda relativa de participação populacional entre 1998 e 2004, saindo de 35,3% para 31,5% da população, passou, a partir de 2005, a recuperar posição relativa. Em 2008, por exemplo, o estrato superior respondeu por 36,6% do total da população brasileira, a mais alta participação registrada desde 1995. Entre 2004 (31,5%) e 2008 (36,6%), o crescimento da participação relativa foi de 16,2%, ou o equivalente a 11,5 milhões de brasileiros absorvidos no estrato superior de renda.

Entre 2005 e 2008, constata-se 11,7 milhões de brasileiros abandonaram a condição de menor renda, enquanto 7 milhões de indivíduos ingressaram no segundo estrato de renda e 11,5 milhões de pessoas transitaram para o estrato superior de renda. Ou seja, 18,5 milhões ascenderam socialmente no Brasil em apenas três anos.

## 2 – Características da ascensão social

As importantes modificações na estrutura social brasileira encontram-se diretamente relacionadas à recente trajetória de ascensão social. Uma possibilidade de

procurar dimensionar o movimento de ascensão social ocorre por meio da identificação dos indivíduos cujo rendimento mensal cresceu em termos reais acima da renda *per capita* nacional. Entre 2001 e 2008, por exemplo, a renda *per capita* nacional cresceu 19,8% em termos reais. Nesse mesmo período de tempo, 19,5 milhões de brasileiros registraram elevação real em seu rendimento individual superior à evolução da renda *per capita* nacional. Ou seja, 11,7% do total dos brasileiros ascenderam seus rendimentos acima da renda *per capita* real do País.

Do total da população com desempenho superior à renda média do conjunto dos brasileiros, destacam 13,5 milhões (69,2%) que ingressaram no estrato de renda intermediária, enquanto 6 milhões (39,8%) passaram para o estrato de renda superior. Na ascensão do primeiro para o segundo estrato de renda, ressaltam-se as regiões Sudeste (36,3%) e Nordeste (34,1%), uma vez que responderam por quase 71% do movimento nacional da mudança na estrutura social na base da pirâmide brasileira. Enquanto a região Sudeste registrou a inclusão de 4,9 milhões de indivíduos no segundo estrato de renda, o Nordeste incluiu 4,6 milhões, seguido de 1,5 milhão da região Sul (11,1%), 1,4 milhão da região Norte (10,4%) e 1,1 milhão do Centro-Oeste (8,1%).

**Gráfico 02: Estrutura social em 2001**

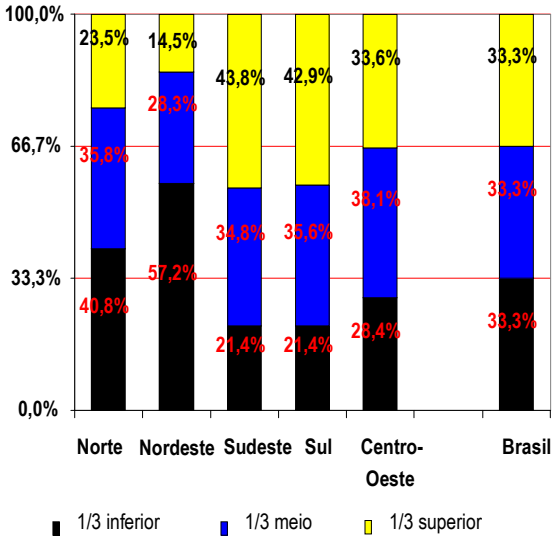
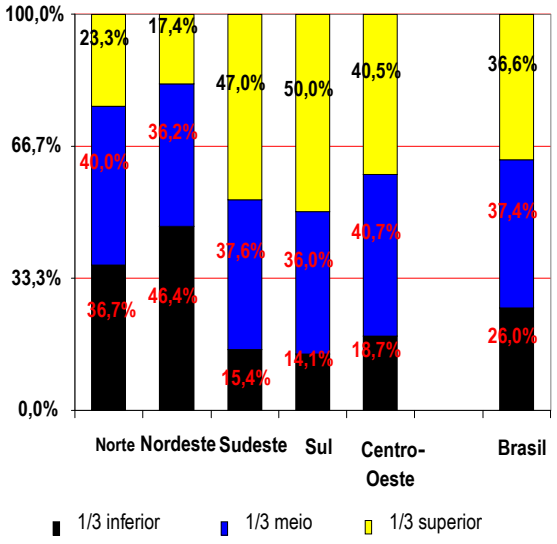



**Gráfico 03: Estrutura social em 2008**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

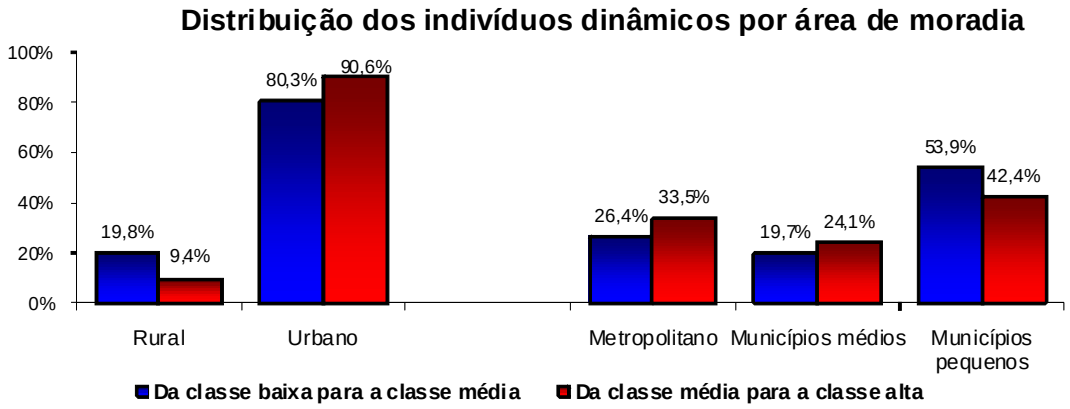
No movimento de inclusão de 6 milhões de brasileiros no terceiro estrato de renda, observa-se que somente a região Sudeste respondeu pela incorporação de 3,1 milhões de indivíduos (51,2%). Na sequência, ganhou importância a região Sul com 1,1 milhão de beneficiados (18,1%), o Nordeste com a inclusão de 991 mil pessoas (16,4%), o Centro-Oeste com inclusão de 462 mil pessoas (7,6%), e o Norte com 404 mil pessoas beneficiadas (6,7%).

Sinteticamente, percebe-se que a trajetória da ascensão social não ocorreu de forma homogênea em todas as regiões geográficas do Brasil. Por conta disso, em 2008, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam as menores participações relativas do segmento de baixa renda no total da população (menos de 1/5 do total dos

indivíduos), enquanto as regiões Nordeste e Norte possuem acima de 36% da população na base da pirâmide social. No estrato superior, a região Sul concentra a metade de sua população, seguida pela região Sudeste (47%). Já a região Nordeste possui menos de 18% de sua população no estrato superior da renda.

Em relação à localidade da parcela da população com ascensão social, observa-se que ela concentra-se no meio urbano, embora quase 20% dos que alçaram o segundo estrato de renda tenham a moradia no campo. A passagem para o terceiro estrato de renda foi fundamentalmente urbana. Os indivíduos dinâmicos na transição do primeiro para o segundo terço de renda pertencem aos municípios pequenos (54% do total). Também na ascensão para o terceiro estrato de renda, destacam-se os indivíduos residentes nos menores municípios, ainda que mais de 1/3 dos brasileiros dinâmicos tenham como moradia as regiões metropolitanas.

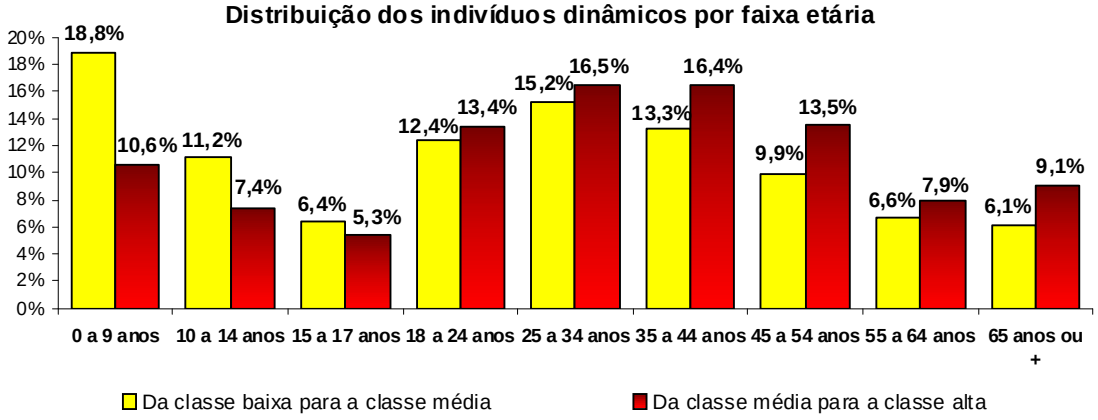
**Gráfico 04**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

No que diz respeito à faixa etária, percebe-se que o movimento de ascensão social ocorreu generalizadamente. Mas o ingresso no segundo terço de renda da população teve importância relativa à faixa etária inferior até 9 anos de idade, seguida do segmento com 25 a 34 anos de idade. Pode, talvez, haver relação entre as duas faixas etárias, como sendo pais e filhos, embora isso precise ainda ser melhor identificado.

**Gráfico 05**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Na passagem para o terceiro estrato de renda, tem mais importância a população de 25 a 34 anos de idade, seguida do segmento etário de 35 a 44 anos e, ainda, de 45 a 54 anos. A faixa etária de pessoas com 65 anos e mais de idade apresentou menor participação relativa entre os indivíduos que alçaram o segundo estrato de renda na estrutura social, enquanto o segmento de 15 a 17 anos teve menor peso relativo na passagem para a terceira classe de renda.

**Gráfico 06**

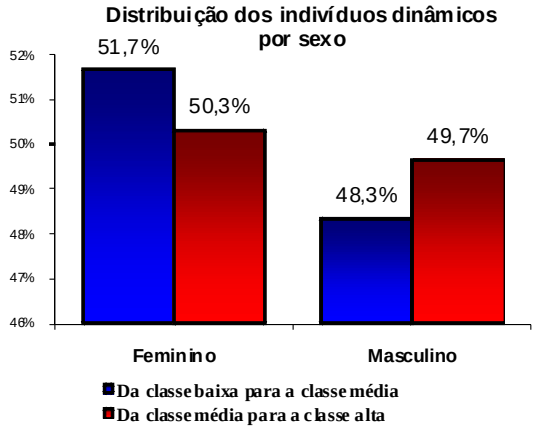
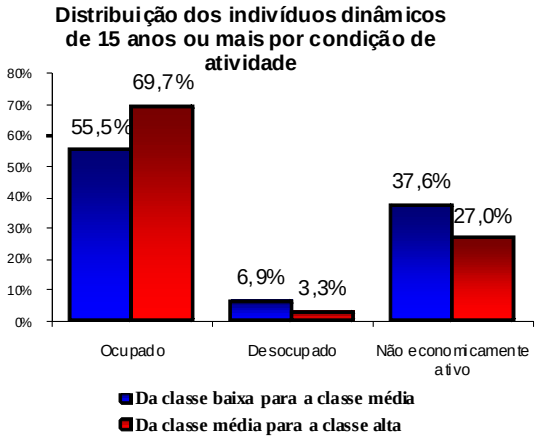


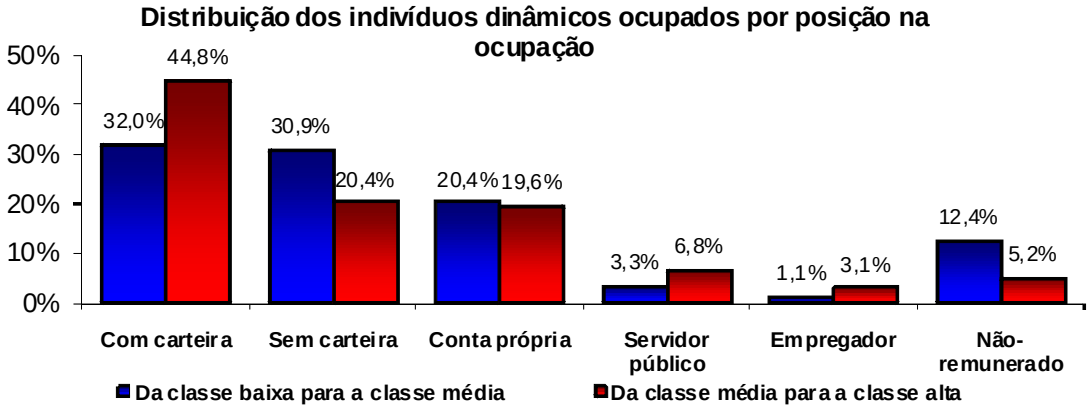

**Gráfico 07**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Além disso, constata-se que as mulheres tiveram mais importância relativa no movimento de ascensão social da primeira para a segunda classe de renda entre 2001 e 2008, enquanto o sexo masculino apresentou mais sucesso na passagem para o terceiro estrato de renda. Também foram os ocupados que tiveram melhor desempenho na ascensão social, sobretudo no ingresso no terceiro estrato de renda.

**Gráfico 08**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Entre os ocupados, destacam-se os detentores de emprego assalariado, uma vez que 2/3 dos indivíduos que mudaram do primeiro para o segundo estrato de renda entre 2001 e 2008 eram empregados com ou sem carteira de trabalho. Na passagem para o terceiro estrato de renda, o emprego com carteira assinada se mostrou determinante, pois respondeu por quase 45% do contingente dos indivíduos beneficiados no Brasil. O trabalhador assalariado sem carteira e o conta própria registraram praticamente a mesma posição relativa no conjunto da população com ascensão social para a classe de maior renda.

**Gráfico 09**

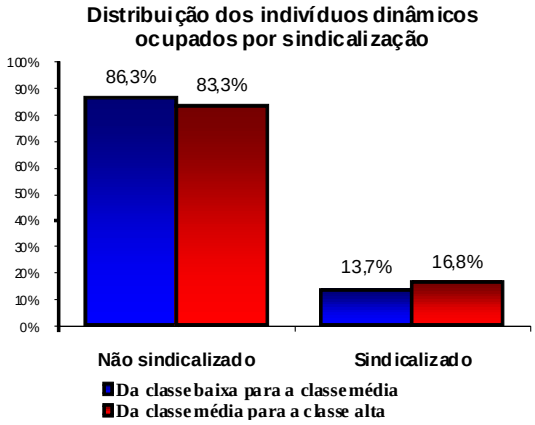
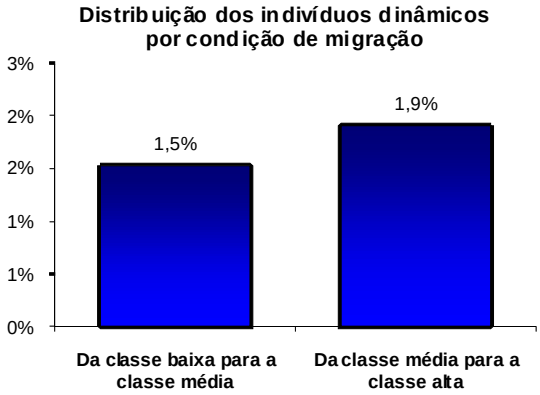


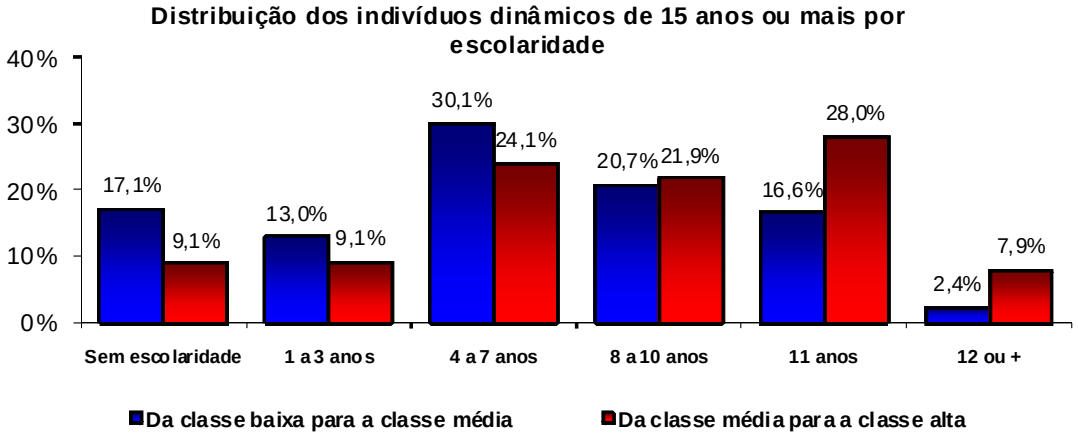

**Gráfico 10**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Do conjunto de indivíduos com ascensão social, percebe-se que a maior presença relativa de sindicalizados ocorreu na passagem dos segundo para o terceiro nível de renda (16,8%). No primeiro para o segundo estrato, a participação relativa dos sindicalizados foi menor (13,7%). Para os emergentes socialmente, a condição de migração não se mostrou determinante. A presença de migrantes no segmento que passou tanto do primeiro para o segundo estrato de renda como do segundo para a terceira classe de renda foi inferior de 2% do total.

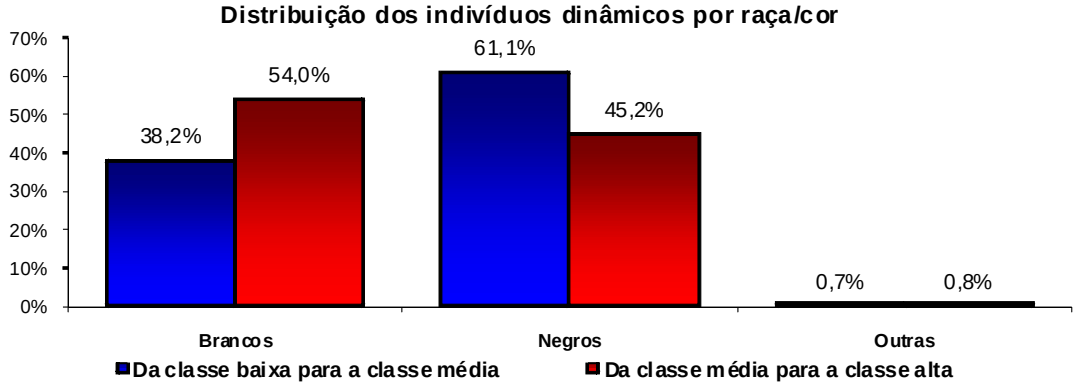
**Gráfico 11**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Em relação à escolaridade dos indivíduos com 15 e mais anos de idade, observa-se a melhor distribuição entre o contingente beneficiado na passagem do primeiro para o segundo estrato de renda, embora o segmento de mais estudo tenha tido menor importância relativa. A parcela dos indivíduos de 4 a 7 anos de estudos, seguida da faixa de 8 a 10 anos, foi a que maior participação relativa teve no ingresso do segundo estrato de renda. Para o terceiro estrato de renda, destaca-se a maior influência relativa do segmento com escolaridade de 11 anos e de 4 a 7 anos. Juntos, os dois segmentos responderam por 52,1% dos indivíduos com mobilidade social ascendente.

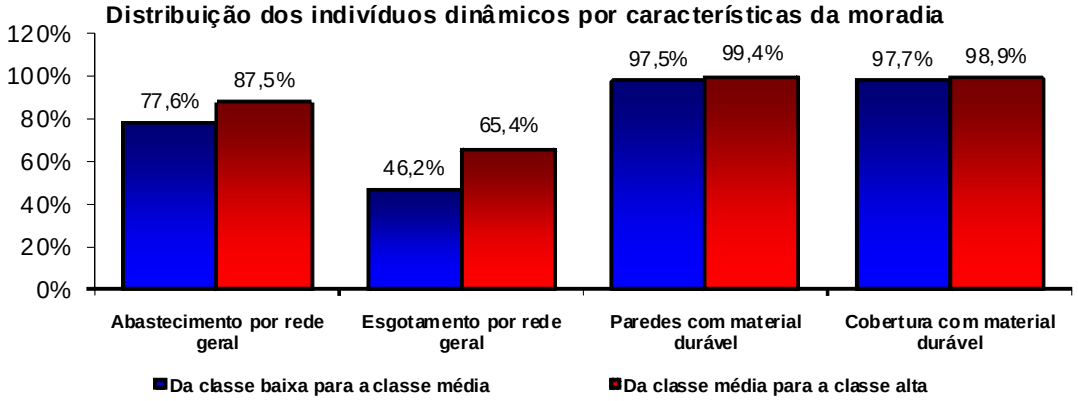
**Gráfico 12**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

No quesito cor/raça dos indivíduos, observa-se que a ascensão social da população negra teve maior participação relativa na passagem para o segundo estrato de renda, com quase 2/3 do total dos beneficiados. Mas para o ingresso no terceiro estrato de renda prevaleceu o maior peso relativo da população branca, com 54% dos beneficiados.

**Gráfico 13**

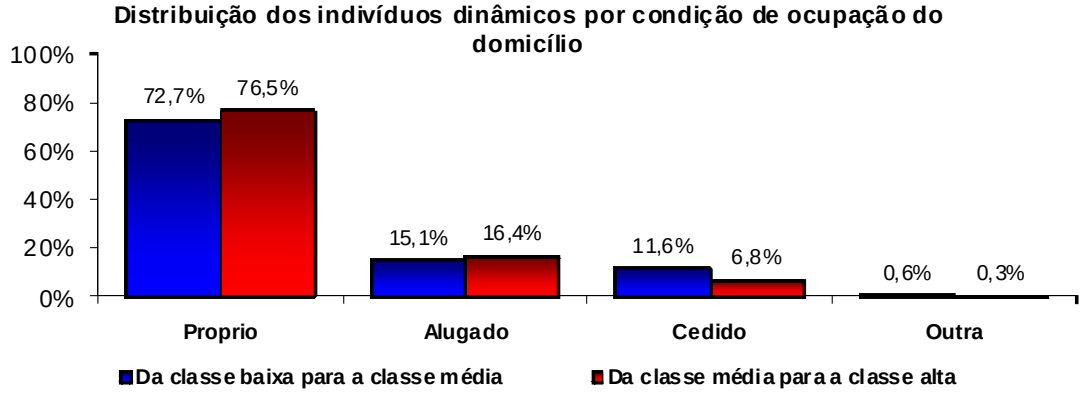



Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Entre os indivíduos que ascenderam para o terceiro estrato de renda, em comparação aos que passaram do primeiro para a segunda classe de renda, teve importância relativa maior a moradia com abastecimento por rede geral e a presença de rede de esgoto. Já em relação ao material de constituição da residência (paredes e

cobertura) não houve diferenças significativas na comparação entre os dois níveis de ascensão social por classe de renda entre 2001 e 2008.

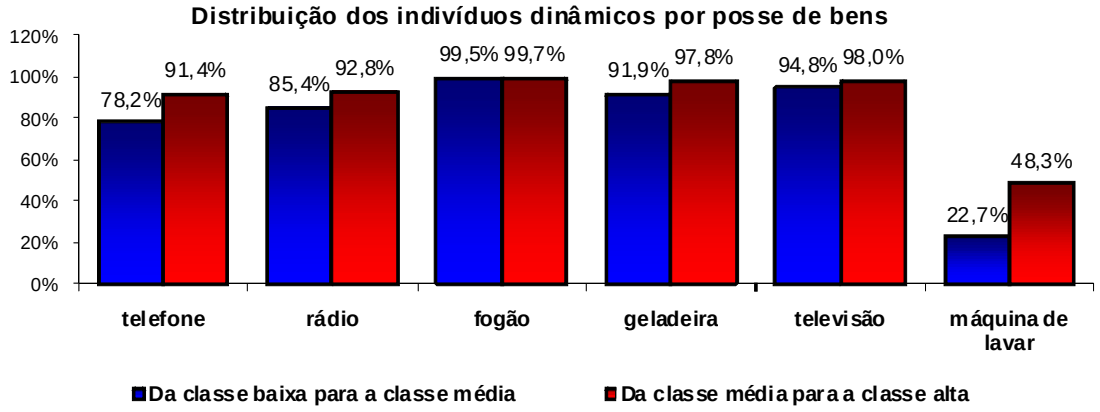
**Gráfico 14**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

No caso do domicílio próprio, observa-se certa vantagem relativa naqueles indivíduos que ascenderam ao nível de renda superior em relação ao estrato intermediário. No caso do imóvel cedido, por exemplo, ocorreu o contrário, com maior importância relativa para os indivíduos que subiram para o segundo estrato de renda.

**Gráfico 15**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

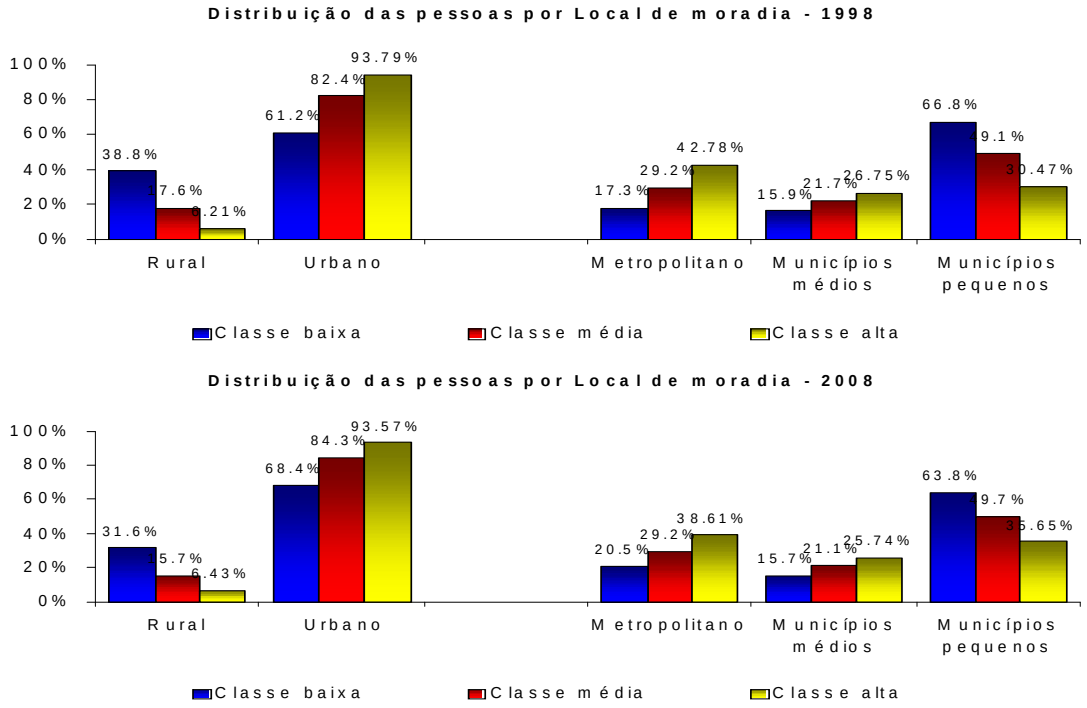
Por fim, pode-se constatar que, entre 2001 e 2008, o movimento de ascensão social apontou relativamente maior diferenciação na passagem para o terceiro estrato de renda no Brasil para os indivíduos detentores de telefone e máquina de lavar, quando comparado com aqueles que passaram para o nível de rendimento intermediário. A posse de rádio, fogão, geladeira e televisão não registrou, contudo, maiores diferenças em relação à identidade daqueles indivíduos que ascenderam socialmente.

# 3 – Estrutura social transformada

Diante do retorno recente da mobilidade social ascendente no Brasil, convém analisar o quanto isso vem impactando a estrutura social. Para isso, buscou-se comparar a estrutura social de 2008 com a de 1998, o que permitiu observar as principais transformações dos últimos dez anos na evolução da sociedade brasileira.

Considerando-se o local de moradia dos brasileiros, nota-se que o meio rural ampliou a presença no segmento de maior renda, pois passou de 6,2% em 1998 para 6,4% em 2008. Nos estratos de menor renda, a população do campo perdeu posição relativa para o meio urbano (de 39% para 32% entre 1998 e 2008).

**Gráfico 16**



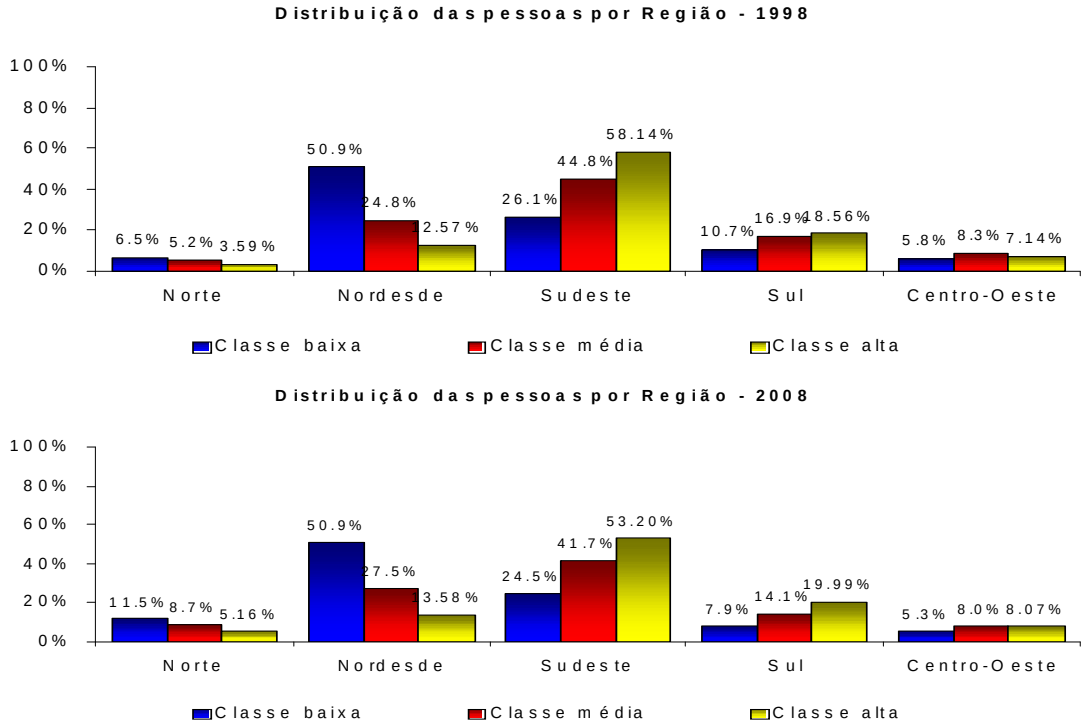

Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

As regiões metropolitanas aumentaram o peso relativo no estrato de menor renda de 17,3%, em 1998, para 20,5%, em 2008, bem como perderam peso na representação da população com maior renda (42,8%, em 1998, para 38,6%, em 2008). Enquanto os municípios médios não registraram grandes alterações relativas no período considerado, os pequenos municípios apresentaram modificações importantes. De um lado, reduziram o peso relativo no total da população na base da pirâmide social (66,8%, em 1998, para 63,8%, em 2008) e, por outro, elevaram a participação relativa da população no estrato superior de renda (30,5%, em 1998, para 35,6%, em 2008).

No que se refere à distribuição da população por grandes regiões geográficas, percebem-se modificações na composição do estrato superior de renda, com decréscimo significativo da região Sudeste (58,1%, em 1998, para 53,2%, em 2008). Em compensação, a maior presença da região Sul (18,6%, em 1998, para 20%,

em 2008), do Norte (3,6%, em 1999, para 5,2%, em 2008), do Nordeste (12,6%, em 1998, para 13,6%, em 2008) e Centro-Oeste (7,1%, em 1998, para 8,1%, em 2008).

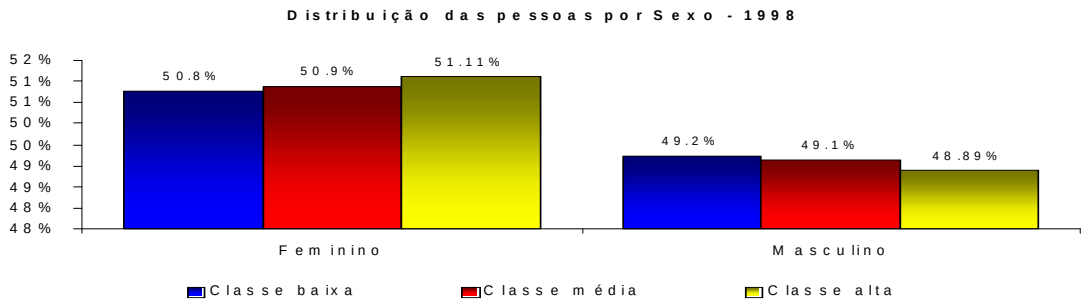
**Gráfico 17**

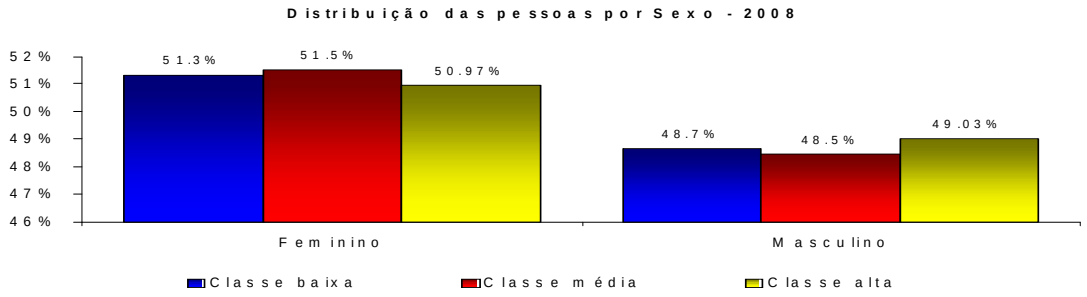



Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Apesar da mudança relativa da população no estrato de alta renda, a região Nordeste continuou representando 50,9% do total dos brasileiros pertencentes à base da pirâmide social brasileira entre 1998 e 2008. No mesmo período de tempo, a região Norte foi a única que apresentou aumento relativo da população no estrato de menor renda (de 6,5% para 11,5%).

**Gráfico 18**

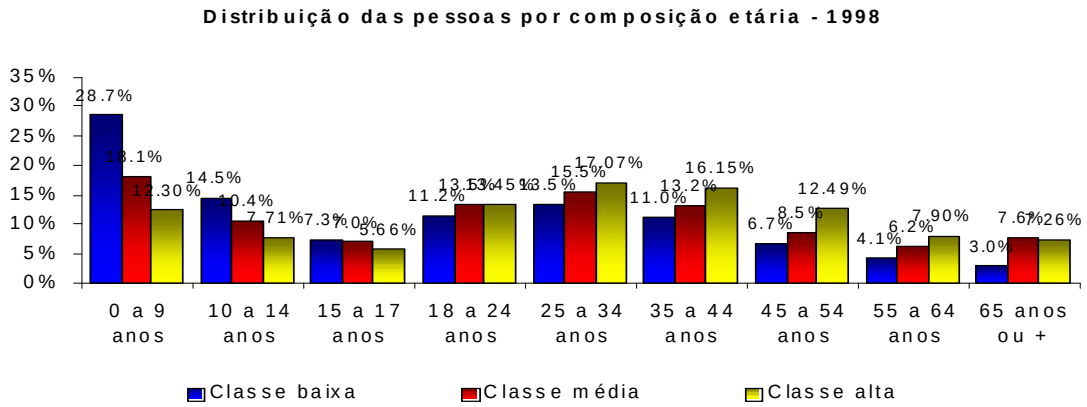


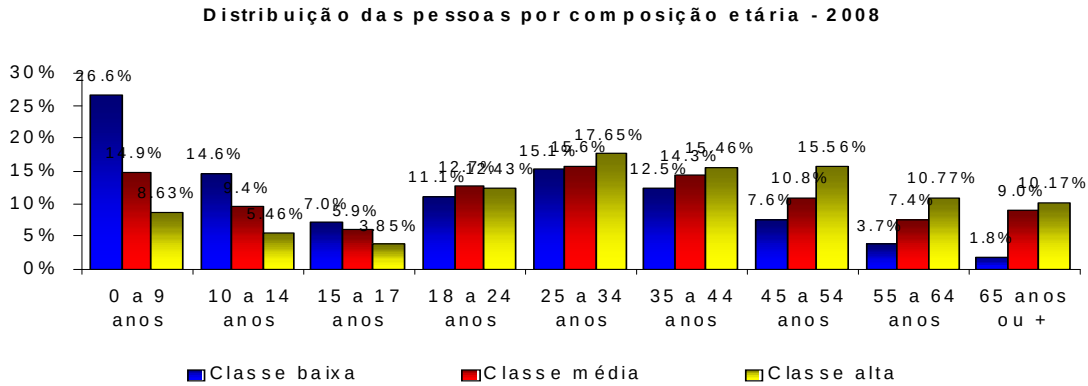



Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Na distribuição da população segundo gênero, observa-se que os homens reduziram o peso no menor estrato de renda (49,2%, em 1998, para 48,7%, em 2008) e aumentaram no estrato superior (48,9%, em 1998, para 49%, em 2008). As mulheres somente conseguiram melhorar a posição relativa no segmento de renda intermediário (50,9%, em 1998, para 51,5%, em 2008).

**Gráfico 19**

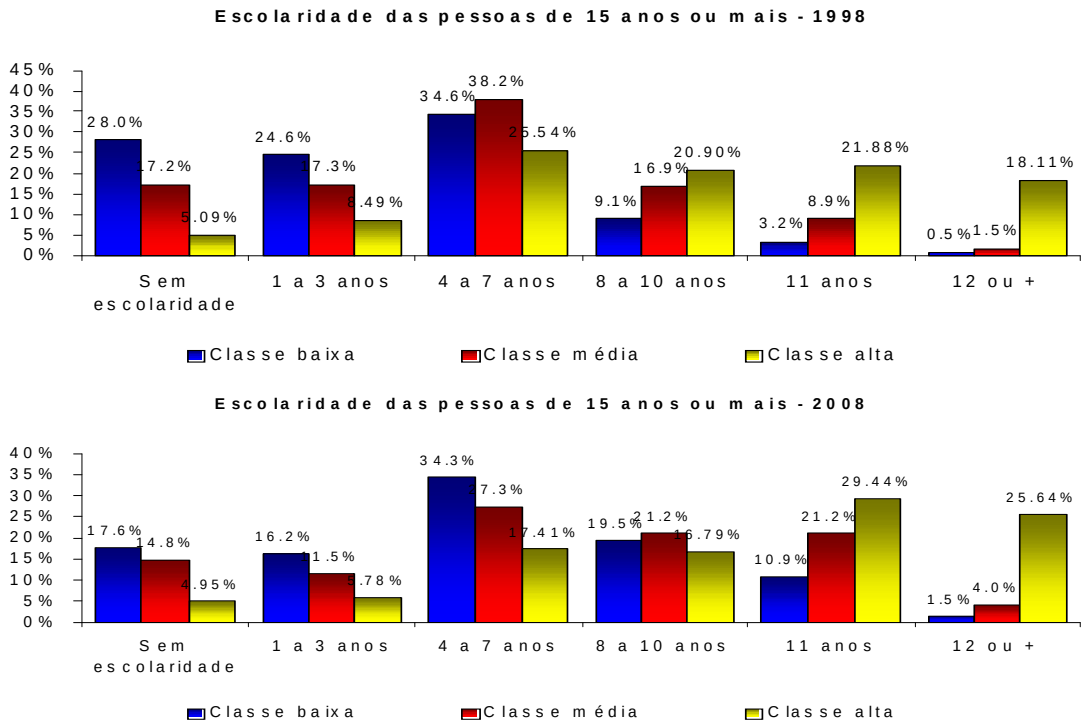



Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Por faixa etária, constata-se a queda na participação relativa do segmento de até 9 anos de idade na base da pirâmide social (28,7%, em 1998, para 26,6%, em 2008). Por outro lado, houve elevação no estrato de maior renda para os segmentos com 45 anos e mais de idade (27,7%, em 1998, para 36,6%, em 2008).

**Gráfico 20**

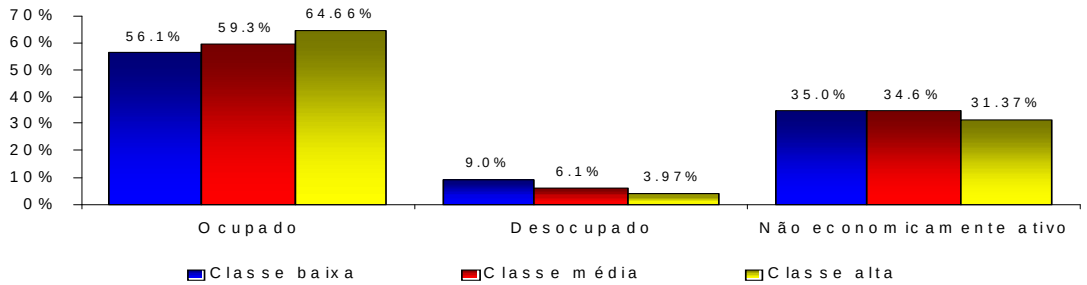


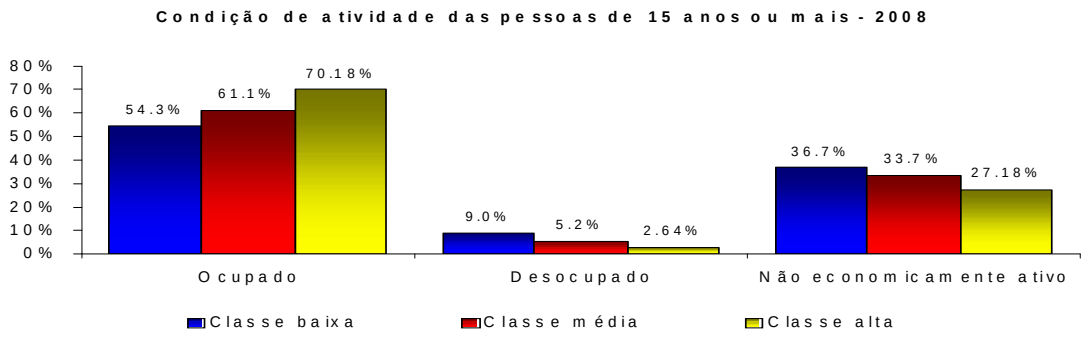

Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

No quesito escolaridade, nota-se que o segmento populacional com 11 anos e mais de escolaridade cresceu sua participação relativa tanto no estrato de maior renda (40%, em 1998, para 55%, em 2008) como também elevou a presença na base da pirâmide social (3,7%, em 1998, para 12,4%, em 2008). O segmento sem escolaridade decresceu sua participação relativa em todos os estratos de renda.

Em relação à distribuição da população entre 1998 e 2008 segundo a condição de atividade, verifica-se como a ocupação tornou-se ainda mais decisiva para o posicionamento na estrutura social. Os ocupados, que concentravam 65% da população do estrato superior de renda, em 1998, passaram a representar 70,2%, em 2008. Da mesma forma, os ocupados diminuíram o peso relativo na base da pirâmide social (56,1% em 1998, para 54,3%, em 2008).

**Gráfico 21**

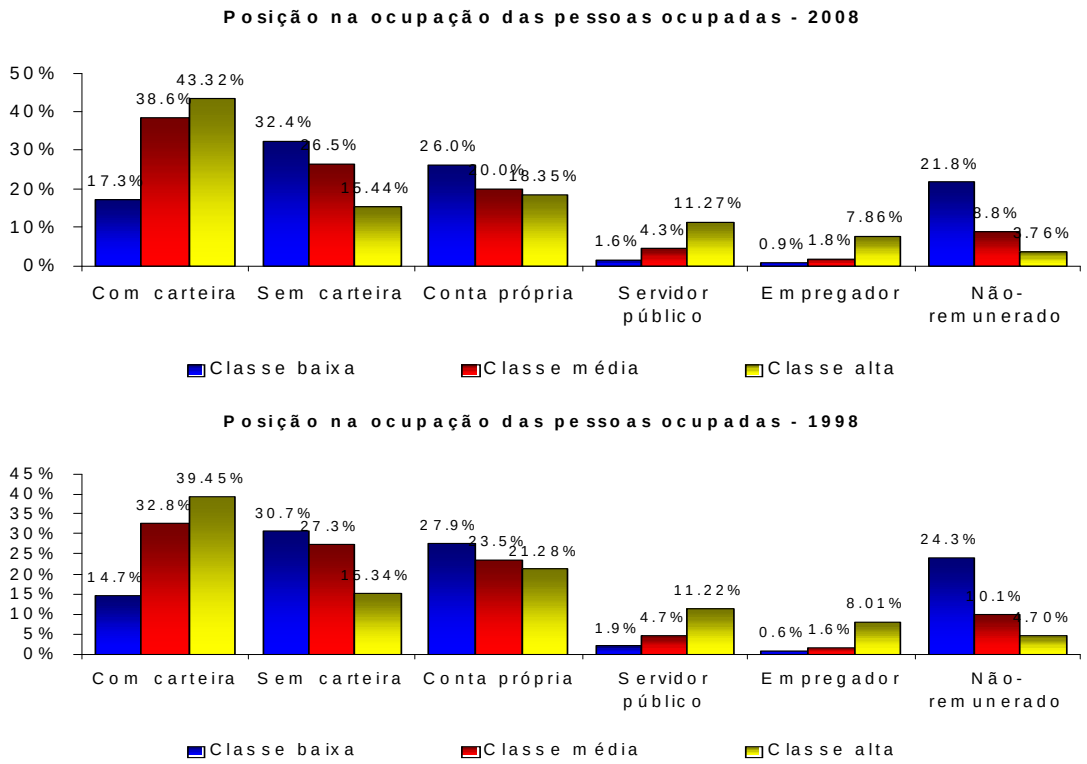





Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Os inativos e desempregados, em compensação, elevaram o peso na base da pirâmide social. Por outro lado, os não ocupados diminuíram a participação relativa no estrato superior de renda entre 1998 e 2008.

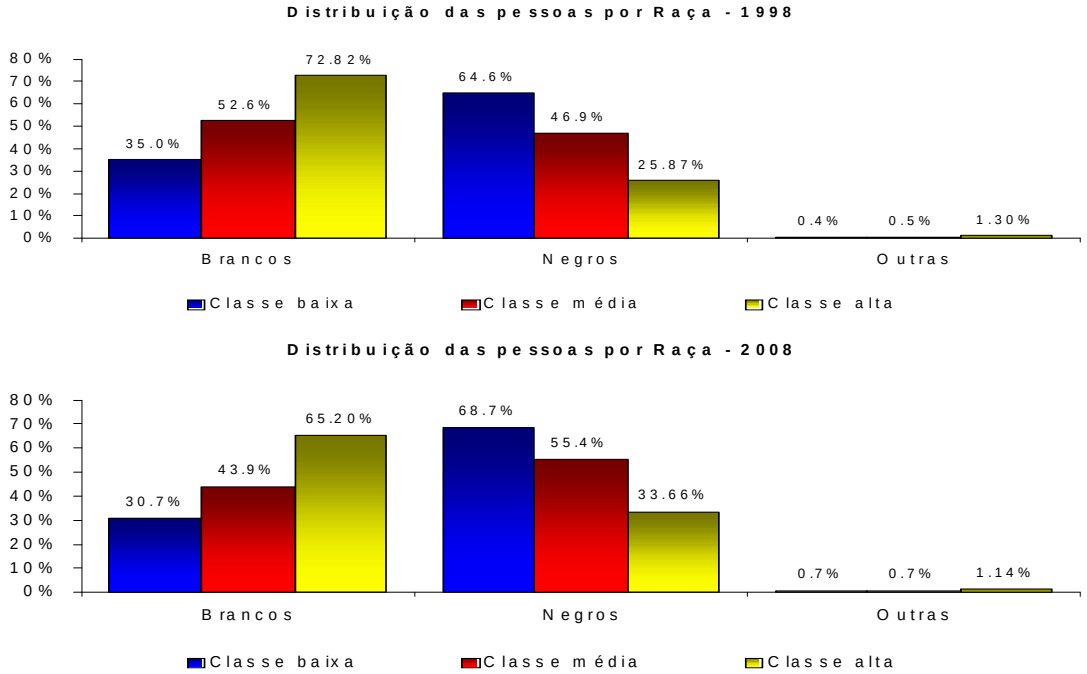
**Gráfico 22**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Os empregados perderam participação relativa entre as pessoas com menor renda (49,7%, em 1998, para 45,4%, em 2008), bem como no estrato de maior renda (58,7%, em 1998, para 54,8%, em 2008). Em compensação, os trabalhadores sem remuneração aumentaram o peso relativo na base da pirâmide social, enquanto os empregadores e conta própria elevaram a participação no estrato de renda superior.

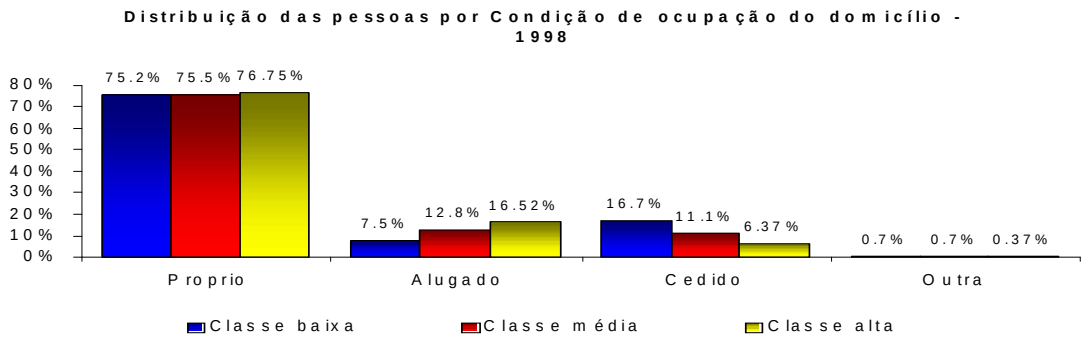
**Gráfico 23**

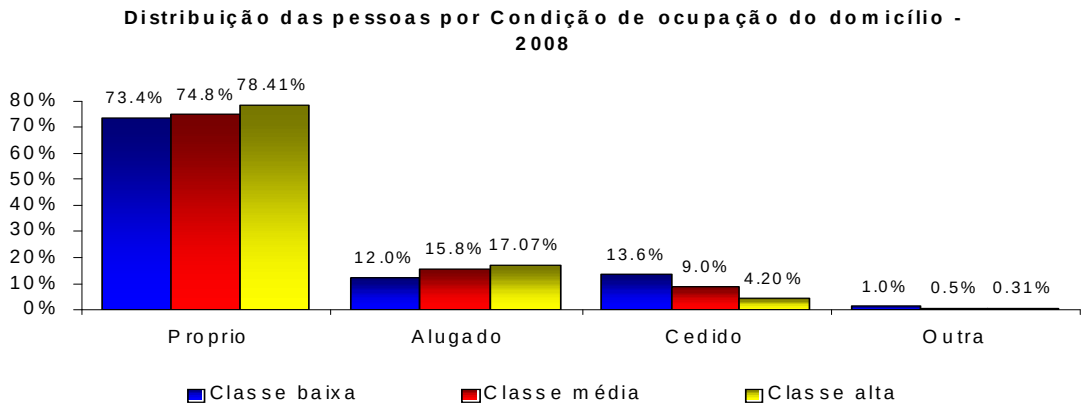



Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

No critério cor/raça, identifica-se uma mudança importante na estrutura social brasileira durante o período analisado. Enquanto a população negra aumentou o peso relativo nos três estratos de renda, sobretudo no superior (25,6%, em 1998, para 33,7%, em 2008), os brancos reduziram relativamente esse peso em todos os estratos de renda.

**Gráfico 24**

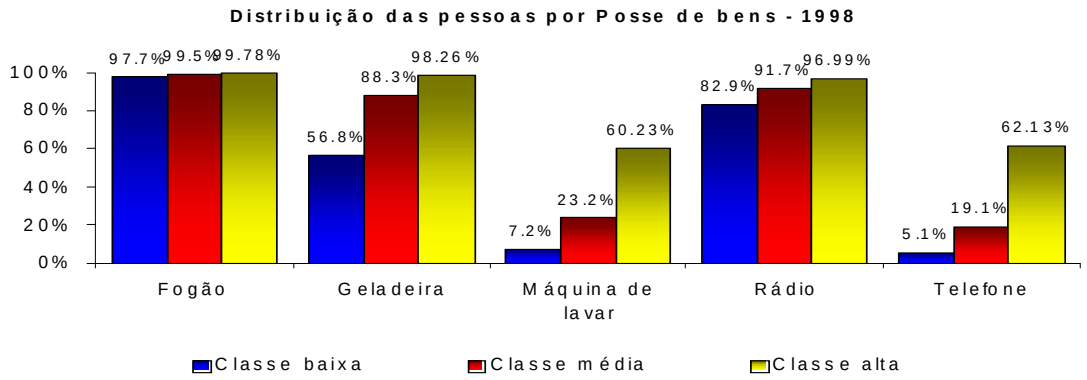


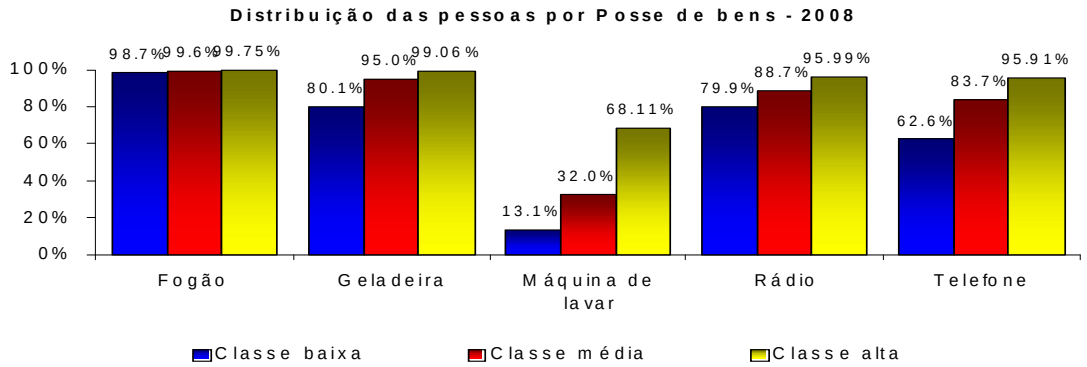



Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Na distribuição da população segundo a condição de ocupação do domicílio, verifica-se que para aqueles com posse do imóvel ocorreu a redução na participação relativa nos estratos de menor renda (baixo e intermediário), enquanto houve elevação no estrato de maior renda. Para a população com imóvel alugado, registrou-se, entre 1998 e 2008, o aumento na participação relativa da classe baixa, ao mesmo tempo em que caiu o peso relativo da população com imóvel cedido na base da pirâmide social.

**Gráfico 25**




Fonte: IBGE/PNAD (elaboração **Ipea**)

Com relação aos bens de consumo duráveis, observa-se quanto à posse de fogão, geladeira e rádio que as diferenças entre os distintos níveis de renda encontram-se mais homogêneas na estrutura social brasileira. O mesmo, contudo, não pode ser observado em relação à posse da máquina de lavar e do telefone. Este, por sinal, registrou avanço significativo entre 1998 e 2008.

Em síntese, destaca-se que o presente comunicado aponta para a grande mobilidade social gerada no período de 1998 a 2008, notadamente entre os anos de 2005 a 2008, conforme observado na parte inicial da apresentação. Toda essa mobilidade social, ascendente ou descendente das pessoas na pirâmide social, voltou a ser rápida, em período curto de tempo. Em dois anos, milhões de pessoas podem ascender ou decrescer entre os diferentes estratos sociais. As razões que fazem com que as pessoas, num curto espaço de tempo, se movam para cima ou para baixo na estrutura social brasileira fazem parte de estudos do **Ipea** a serem apresentados tão logo seja possível.